

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31/12/2020.

A Sociedade, em atendimento às melhores práticas e condução do gerenciamento de riscos, mantém políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, aos colaboradores que seguiram engajados, mesmo diante de tantos desafios, e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Sociedade em 2020; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Boa Sorte Energética. A todos, o nosso muito obrigado.

Dianópolis, 31 de dezembro de 2020.

A Administração



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.
Nova Lima - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BOA SORTE ENERGÉTICA S.A., que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BOA SORTE ENERGÉTICA S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas e, nos demais casos, considerada facultativa, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

continua...

PAR-21/053
Continuação...

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



continua...

PAR-21/053
Continuação...

- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2021.



Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG-757 | CVM-2.208



Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG – 38.018

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ 1)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	1.316	91.082
Aplicações financeiras	1.033.527	4.495.515
Clientes	1.700.952	1.793.240
Devedores diversos	267.864	6.737.325
Estoque	21.835	21.835
	<u>3.025.494</u>	<u>13.138.997</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Cauções e depósitos vinculados	951.403	1.345.998
	<u>951.403</u>	<u>1.345.998</u>
Imobilizado (nota 4)	<u>60.323.843</u>	<u>62.289.196</u>
	<u>61.275.246</u>	<u>63.635.194</u>
Total do Ativo	<u><u>64.300.740</u></u>	<u><u>76.774.191</u></u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ 1)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	140.436	252.270
Fornecedores	206.781	56.499
Credores diversos	4.079	4.097
Empréstimos e financiamentos (nota 5)	-	5.251.493
	<u>351.296</u>	<u>5.564.359</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Impostos e contribuições sociais	-	444.740
Provisão para litígios	945.865	750.381
	<u>945.865</u>	<u>1.195.121</u>
	1.297.161	6.759.480
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6)	29.000.000	29.000.000
Reservas de lucros	34.003.579	41.014.711
	<u>63.003.579</u>	<u>70.014.711</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>64.300.740</u>	<u>76.774.191</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em R\$ 1)

	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
RECEITA BRUTA		
Receita de vendas de energia	16.793.862	16.634.867
	<u>16.793.862</u>	<u>16.634.867</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Impostos incidentes	(661.973)	(656.342)
RECEITA LÍQUIDA	<u>16.131.889</u>	<u>15.978.525</u>
CUSTO DA ENERGIA	(4.304.849)	(5.018.460)
LUCRO BRUTO	<u>11.827.040</u>	<u>10.960.065</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Financeiras líquidas	34.585	(771.195)
	<u>34.585</u>	<u>(771.195)</u>
LUCRO OPERACIONAL	<u>11.861.625</u>	<u>10.188.870</u>
Provisão para Imposto de Renda	(627.568)	(318.020)
Provisão para Contribuição Social	(295.375)	(184.118)
LUCRO LÍQUIDO	<u><u>10.938.682</u></u>	<u><u>9.686.732</u></u>
LUCRO POR AÇÃO	0,38	0,33

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em R\$1)

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.18	27.600.000	2.422.425	30.305.554	-	60.327.979
Aumento de capital	1.400.000	-	(1.400.000)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	9.686.732	9.686.732
Constituição de reservas	-	484.337	9.202.395	(9.686.732)	-
Saldo em 31.12.19	29.000.000	2.906.762	38.107.949	-	70.014.711
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(23.544)	(23.544)
Pagamento de dividendos	-	-	(17.926.270)	-	(17.926.270)
Lucro do exercício	-	-	-	10.938.682	10.938.682
Constituição de reservas	-	546.934	10.368.204	(10.915.138)	-
Saldo em 31.12.20	29.000.000	3.453.696	30.549.883	-	63.003.579

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Em R\$ 1)

	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
ATIVIDADE OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	10.938.682	9.686.732
Ajustes por:		
Ajustes de exercícios anteriores	(23.544)	-
Depreciações	1.971.032	1.971.102
Lucro ajustado	12.886.170	11.657.834
Redução (aumento) em contas do Ativo		
Clientes	92.288	289.166
Devedores diversos	6.469.461	(1.566.577)
Estoques	-	(6)
Cauções e depósitos vinculados	394.595	(243.472)
Aumento (redução) em contas do Passivo		
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(111.834)	(13.226)
Fornecedores	150.282	9.296
Credores diversos	(18)	682
Impostos e contribuições Sociais	(444.740)	-
Provisão para litígios	195.484	189.604
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	19.631.688	10.323.301
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(21.237)	(18.251)
Baixa líquida de imobilizado	15.558	7.838
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento	(5.679)	(10.413)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução em empréstimos e financiamentos	(5.251.493)	(9.583.729)
Pagamento de dividendos	(17.926.270)	-
Caixa aplicado nas Atividades de Financiamento	(23.177.763)	(9.583.729)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.551.754)	729.159
Caixa e Equivalentes no início do exercício	4.586.597	3.857.438
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	1.034.843	4.586.597
Aumento (Redução)	(3.551.754)	729.159

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em R\$ 1)

	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
Receita de vendas de energia	16.793.862	16.634.867
CMV/Serviços Prestados	(2.333.817)	(3.047.358)
Reintegrações	(1.971.032)	(1.971.102)
Valor Adicionado	12.489.013	11.616.407
Receitas financeiras	165.578	240.418
Valor Adicionado a distribuir	<u>12.654.591</u>	<u>11.856.825</u>
Distribuição:		
Despesas financeiras e aluguéis	130.993	1.011.613
Impostos, taxas e contribuições	1.584.916	1.158.480
Lucro operacional do exercício	<u>10.938.682</u>	<u>9.686.732</u>
Total distribuído	<u>12.654.591</u>	<u>11.856.825</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis.

	Exercício findo em	
	31.12.20	31.12.19
A) Geração de caixa da atividade	6.274.950,00	13.709.694,00
(+) Conta Reserva Especial		
(+) EBITDA	13.798.072,00	12.931.167,00
(-) Imposto de Renda	627.568,00	318.020,00
(-) Contribuição Social	295.375,00	184.118,00
(+/-) Variação de Capital de Giro	(6.600.179,00)	1.280.665,00
B) Serviço da Dívida	5.358.760,82	10.559.050,00
(+) Amortização de Principal	5.306.134,58	10.190.226,00
(+) Pagamento de Juros	52.626,24	368.824,00
C = ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)	1,17	1,30

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

EBTIDA	13.798.072,00	12.931.167,00
(+) Lucro Líquido	10.938.682,00	9.686.732,00
(+) Despesa (receita) financeira líquida	(34.585,00)	771.195,00
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	922.943,00	502.138,00
(+) Depreciações e amortizações	1.971.032,00	1.971.102,00
(+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais		
(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.		

A Variação do Capital de Giro no período t é calculado da seguinte forma:

i) Necessidade de Capital de Giro no período t	1.639.355,00	8.239.534,00
(+) Ativo Circulante (t)	3.025.494,00	13.138.997,00
(-) Disponibilidades	1.034.843,00	4.586.597,00
Caixa	-	-
Bancos	1.316,00	91.082,00
Investimentos de curto prazo	1.033.527,00	4.495.515,00
(-) Passivo Circulante (t)	351.296,00	5.564.359,00
(+) Empréstimos		
(+) Financiamentos de curto prazo	-	5.251.493,00
(+) Debêntures de Curto Prazo	-	-
(+) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	-
ii) Necessidade de Capital de Giro no período t-1	8.239.534,00	6.958.869,00
(+) Ativo Circulante (t-1)	13.138.997,00	11.132.421,00
(-) Disponibilidades	4.586.597,00	3.857.438,00
Caixa	-	-
Bancos	91.082,00	6.508,00
Investimentos de curto prazo	4.495.515,00	3.850.930,00
(-) Passivo Circulante (t-1)	5.564.359,00	10.206.262,00
(+) Empréstimos	-	-
(+) Financiamentos de curto prazo	5.251.493,00	9.890.148,00
(+) Debêntures de Curto Prazo	-	-
(+) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	-
iii) Variação de capital de giro = (Necessidade no período t) menos (Necessidade no período t-1)	(6.600.179,00)	1.280.665,00

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa é uma Sociedade Anônima de capital fechado, de propósito específico, regularmente constituída, com sede e foro da cidade de Dianópolis, no Estado de Tocantins, e escritório central em Nova Lima, MG. O objetivo da Sociedade é o de exercer atividades específicas e exclusivas de geração e comercialização de energia elétrica, mediante concessão pública outorgada pela União, para exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras no aproveitamento denominado Boa Sorte, no Estado de Tocantins, conforme Resolução Autorizativa nº. 40, de 3 de fevereiro de 2004, da ANEEL, com direito de concessão de 30 anos pré-determinado.

Em 11 de novembro de 2008, foi emitido despacho da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, que trata da liberação das unidades geradoras da PCH Boa Sorte para início da operação comercial a partir de 12.11.08, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao Sistema.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas específicas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Demonstração do Valor Adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período. A DVA é apresentada como parte das demonstrações contábeis e como informação suplementar, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 05 de abril de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis podem ser assim resumidas:

- a. A Sociedade adota o Regime de Competência para fins de registro de suas transações.
- b. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações contábeis, que não supera o valor de mercado.
- c. Os direitos e obrigações, quando aplicável, são atualizados a taxas e encargos financeiros pactuados, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço e considera o período de doze meses na segregação de ativos e passivos circulantes.
- d. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinação de provisão para imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
- e. Valor recuperável de ativos - Ao final de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre seus ativos.
- f. A Sociedade adota a prática de distribuição de dividendos aos acionistas no decorrer do exercício a título de antecipação, sendo registrada no Ativo a esse título. Ao final do exercício é efetuada a apuração do valor que será realmente distribuído.

4. IMOBILIZADO

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção e passou a ser "reintegrado" a partir de novembro de 2008, data em que a Usina entrou em operação.

BOA SORTE ENERGÉTICA S.A.

A Sociedade contratou empresa especializada para, em conformidade com a legislação do Setor Elétrico, efetuar o inventário físico e unitização dos bens integrantes do Cadastro de Propriedade da Boa Sorte Energética S.A., em sistema informatizado, com a consequente reclassificação contábil, nos moldes exigidos pela ANEEL (Portaria DNAEE nº. 815, de 30.11.94, alterada pelas Resoluções ANEEL nºs. 2 e 15 de 1997, em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e com o Decreto nº. 41.019, de 26.02.57), sendo cadastrados todos os bens e instalações que compõem a propriedade em função dos serviços de energia elétrica da PCH Boa Sorte e respectivo Sistema de Transmissão de Conexão.

O sistema informatizado do cadastro implantado contempla as taxas de depreciação (reintegração) utilizadas, de acordo com o estabelecido pela Agência Reguladora.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução Normativa nº 674 da ANEEL, de 11 de agosto de 2015, os quais são considerados pela Sociedade como representativos da vida útil real dos ativos.

A movimentação ocorrida no exercício foi:

	31.12.19	Adições	Baixas	31.12.20
Imobilizado	84.078.907	21.237	(26.385)	84.073.759
Terrenos	457.031	-	-	457.031
Reservatórios, barragens e adutoras	51.141.927	-	-	51.141.927
Edificações obras civis e benfeitorias	5.842.730	-	-	5.842.730
Máquinas e equipamentos	21.052.124	21.237	(26.385)	21.046.976
Móveis e utensílios	11.313	-	-	11.313
Terrenos em curso	65.000	-	-	65.000
Máquinas e equipamentos em curso	7.413	-	-	7.413
Edificações, obras, civis e benfeitorias	127.283	-	-	127.283
Máquinas e equipamentos	5.372.961	-	-	5.372.961
Máquinas e equipamentos Adm. Central	1.125	-	-	1.125
Depreciação	(21.789.711)	(1.971.032)	10.827	(23.749.916)
Reservatórios, barragens e adutoras	(11.728.405)	(1.059.038)	-	(12.787.443)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.501.078)	(132.348)	-	(1.633.426)
Máquinas e equipamentos	(6.790.739)	(612.656)	10.827	(7.392.568)
Móveis e utensílios	(7.095)	(706)	-	(7.801)
Máquinas e equipamentos - Adm. Central	(1.125)	-	-	(1.125)
(-) Reintegração acumulada de obras civis	(51.142)	(4.378)	-	(55.520)
(-) Reintegração acumulada de máquinas e equipamentos	(1.710.127)	(161.906)	-	(1.872.033)
Total	62.289.196	(1.949.795)	(15.558)	60.323.843

5. FINANCIAMENTOS

Foi quitado em 2020 e era referente ao financiamento, em moeda nacional, contraído junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com recursos do FAT – INFRA ESTRUTURA – Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Teve como finalidade a realização de projeto de construção da Pequena Central Hidrelétrica Boa Sorte, localizada no Rio Palmeiras, entre os Municípios de Dianópolis e Novo Jardim, Estado de Tocantins, bem como uma linha de transmissão de 95 km de extensão, compartilhada com as PCH Lagoa Grande, Porto Franco, Doido e Riacho Preto, interligando-se ao Sistema Elétrico Interligado Nacional por meio da Subestação Centro Industrial do Cerrado, pertencente à COELBA.

O seguinte cronograma foi observado: a) da utilização: até 31 de dezembro de 2007; b) da carência – até 15 de junho de 2008; c) da amortização – 144 meses a partir do período de carência. Os encargos pactuados sobre o principal da dívida eram devidos à taxa de juros de 3,5% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Como garantia foram oferecidas hipotecas de imóveis de propriedade da Boa Sorte Energética S.A., penhor sobre a totalidade das ações, fiança dos Acionistas e alienação fiduciária dos bens adquiridos com o produto do financiamento.

Foram contratados, conforme determinação contratual, seguros para cobertura de:

I- Na fase de implantação do projeto:

- a. Seguro-garantia de execução;
- b. Seguro de Risco de Engenharia, na modalidade Obras Cíveis em Construção e na modalidade Instalação e Engenharia.

II- Na fase de operação do empreendimento:

- a. Seguro de danos patrimoniais;
- b. Seguro de Lucro Cessantes, correspondente a um mês de receita.

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 29.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

7. SEGUROS

A Sociedade adota política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações e possui cobertura de seguro em valores considerados suficientes pela Administração para suportar eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

8. RESOLUÇÃO CNPE 03

A Resolução CNPE 03, de 06/03/13, estabeleceu um novo modelo de formação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), que incorpora mecanismos de aversão ao risco.

Em vista desse novo modelo, a referida Resolução determinou ainda que, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo PLD, o custeio do despacho térmico por segurança energética fosse rateado entre todos os agentes de mercado, inclusive geradores e comercializadores, por meio do Encargo de Serviços do Sistema (ESS).

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), em conjunto com a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL), obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

Em 03.06.19 transitou em julgado a ação, tendo o feito sido baixado à origem em 04.06.19, de modo que não há mais qualquer risco de perda para as associadas. Assim, tornou-se definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, na parte em que inclui os agentes de geração representados pelas autoras no rateio do custo do despacho adicional de usina, acionado extraordinariamente por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, para garantir o suprimento energético, seja no regime transitório ou no permanente, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 8/2007.

No decorrer do exercício de 2020, os advogados patrocinadores da causa, informaram que o cumprimento da sentença foi distribuído, estando os autos conclusos desde o ajuizamento; ademais, foi proferido despacho determinando a retificação do polo ativo com a substituição da ABRAGEL pelos associados afetados pelo decumprimento, indeferindo a intimação da Eletrobrás, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e da ANEEL.

Em 23.11.20 os autos foram conclusos para decisão.

Por se tratar de causa intentada pela ABRAGEL em substituição aos seus associados, o impacto econômico sobre cada empresa não é discutido no bojo da ação.

Assim, por depender de cálculos com os montantes comercializados por cada empresa separadamente, o valor da causa é inestimável, conforme Assessoria Jurídica.

9. EFEITOS DO CORONAVIRUS

O exercício de 2020 foi fortemente impactado por essa pandemia, tendo severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos.

A Boa Sorte Energética vem acompanhando os efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos do Coronavírus, mantendo suas atividades operacionais, com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) adoção do trabalho em "home office"; (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do vírus; (c) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento, dentre outros.

O Governo Federal tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus, buscando auxiliar as Instituições nesse período de gravidade que passa o Brasil e o mundo, pois os efeitos sobre a economia global têm sido inevitáveis, provocando uma desaceleração acentuada.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuando a ser monitorados atentamente pela Administração da Sociedade.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

EDUARDO HENRIQUE PEREIRA DE ANDRADE, Diretor
DANIELA PEREIRA DE ANDRADE, Diretora
ANA CAROLINA PEREIRA DE ANDRADE, Diretora

CONTADORA RESPONSÁVEL

ADRIANA FÁTIMA DE SOUZA RIBEIRO, CRCMG – 080.926-O/6